



ENTREVISTA

Senador Blairo Maggi

“Vejo o MP como uma instituição atuante”

PÁGINA 15

# ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

## Câmara dos Deputados rejeita a PEC 37



**Brasil contra a IMPUNIDADE!**



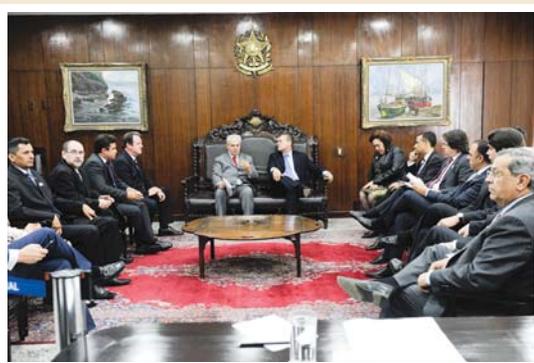
Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados



A Câmara dos Deputados rejeitou dia 25 de junho a Proposta de Emenda Constitucional que restringia o poder de investigação do Ministério Público. Numa reviravolta do cenário político, 430 deputados votaram contra a PEC 37. Apenas nove foram a favor, e dois se abstiveram.

► PÁGINA 7

Foto: Ascom/AMB



## Após acordo no Senado votação da PEC 75 fica para segundo semestre

A ANPT, em parceria com as demais entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, intensificaram os esforços no Congresso Nacional com o objetivo de garantir a manutenção da vitaliciedade nas carreiras. O Plenário do Senado deu início à apreciação da PEC 75, mas votação só deverá ocorrer em agosto.

► Páginas 10 e 11

### criação de cargos no MPT

Câmara aprova PL 4356

Página 5

### CONFERÊNCIA DA OIT

ANPT integrou a delegação brasileira

Página 16

Caro Associado,

O mês de junho, como acompanhado por todos, veio com uma intensa participação da sociedade brasileira no pleno e legítimo exercício da democracia, numa clara demonstração, ademais, de união dessa mesma sociedade.

Durante as inúmeras manifestações ocorridas no país inteiro, surgiu como um dos principais temas da pauta o repúdio da população à malsinada PEC 37, que tinha por objetivo retirar o poder investigatório do Ministério Público. Foi clara a demonstração da sociedade quanto à sua confiança no trabalho desempenhado pelos membros da instituição na defesa do regime democrático e do Estado de Direito, bem como no combate à corrupção, à impunidade e aos atos ilícitos em geral.

Foi graças a essa realidade, conjugada com a atuação concatenada da ANPT e das demais entidades de classe do Ministério Público, respaldada pelo forte e amplo apoio popular, que se deu, no dia 25 de junho, o sepultamento da chamada PEC da Impunidade, com expressivos 430 votos contrários à proposta, marcando esta que, se representa uma relevante vitória para o MP, e é inegável que o faz, representa também, para além disso, uma importante conquista para toda a sociedade, que teve destacada e imprescindível participação ao longo de todo o processo que levou ao arquivamento da PEC.

Ainda no mês de junho, uma importante proposta acompanhada pela Associação, que já tramita no Congresso Nacional há mais de uma década, foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Trata-se da chamada “PEC do Trabalho Escravo”, que permite a expropriação de propriedades urbanas ou rurais em que se comprovar a existência de trabalho em condições análogas às de escravo. A proposta, oportuno destacar, representa um forte instrumento no combate a essa absurda forma de exploração do trabalho humano, cuja existência se mostra incogitável em pleno século XXI, embora seja esta a triste e mais que lamentável realidade constatada, com nítida afronta à dignidade humana.

Também durante o período ao qual se reporta este Informativo, a ANPT participou de diversas outras discussões e eventos relevantes. Entre eles, destaca-se a 102ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), realizada anualmente em Genebra, na Suíça, que teve como tema a questão concernente ao emprego e à proteção social diante do novo contexto demográfico. Importante ressaltar que esta foi a primeira vez que a ANPT integrou a delegação brasileira que participa da Conferência, a qual reúne autoridades da área trabalhista do mundo inteiro para discutir temas inerentes à questão do trabalho como um todo.

No mês de julho, dentre outros compromissos, a Associação acompanhou no Congresso Nacional, juntamente com as demais entidades de classe representativas dos membros do Ministério Público do país inteiro, e, juntamente com estas, na condição de protagonista, a votação das PECs 75 e 53, que ameaçavam acabar com a garantia da vitaliciedade dos membros do MP e do Judiciário. Após um amplo trabalho de articulação política e de convencimento junto a parlamentares de todos os partidos, obteve-se um texto de consenso, resguardando a vitaliciedade, o qual deverá ser votado no início dos trabalhos legislativos do segundo semestre, em agosto.

Além desses importantes temas já mencionados, esta edição do Informativo da ANPT também traz um resumo das demais providências adotadas e, enfim, da atuação da entidade ao longo dos meses de junho e julho. Boa leitura.

## ANPT participa de homenagem a procuradora do Trabalho

A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, participou, dia 28 de junho, da homenagem realizada pela PRT-10 a procuradora do Trabalho Mônica de Macedo Guedes Lemes, por ocasião de sua aposentadoria. Daniela Varandas entregou uma placa comemorativa aos seus 21 anos de trabalho prestado ao MPT. “A atuação funcional da Mônica sempre foi pautada pela competência, inteligência, seriedade e sensibilidade. Seu trabalho foi voltado à promoção da Justiça social e será sempre um exemplo a ser seguido”, ressaltou.

## XIV Prêmio Evaristo de Moraes Filho

As inscrições para o XIV Prêmio Evaristo de Moraes Filho, na categoria de melhor trabalho doutrinário, que consiste em estudo de caráter científico, já estão abertas. Os interessados em participar devem enviar seus trabalhos acompanhados de CD ou dispositivo equivalente, etiquetado com o nome do interessado, bem como com a indicação da unidade onde exerce suas atividades institucionais para a sede da ANPT, até o dia 20 de agosto.

O Prêmio é uma iniciativa da ANPT e tem como objetivo promover atividades de pesquisas científicas e culturais de interesse de seus associados. O endereço da ANPT é SBS, Quadra 2, Bloco “S”, Salas 1103/1105, 11º andar, Edifício Empire Center, CEP: 70.070-904, Brasília-DF.

## I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional do Trabalho

O procurador do Trabalho e delegado da ANPT na Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região, Bernardo Mata Schuch, participou do I Congresso Brasileiro de Direito Constitucional do Trabalho, realizado nos dias 6 e 7 de junho, em Porto Velho (RO). Durante o evento, membros do MPT, magistrados do Trabalho, advogados públicos e privados, servidores públicos, auditores-fiscais, professores e estudantes analisaram aspectos teóricos e práticos de temas dotados de atualidade e viés polêmico, sob a perspectiva do Direito Constitucional, Direito do Trabalho e Processo do Trabalho. O encontro teve como tema “O Trabalho e os 25 anos da Constituição Federal de 1988”.

### EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima  
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas  
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Besserra  
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa  
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela  
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho  
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro  
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner  
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo  
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva  
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso  
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio  
DIRETORIA

**INFORMATIVO ANPT:** Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. “S”, Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

## CCJ do Senado aprova PEC do trabalho escravo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, por unanimidade, dia 27 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57-A/1999, também conhecida como “PEC do Trabalho Escravo”, que permite a expropriação de propriedades, urbanas ou rurais, em que se comprovar a existência de trabalho em condições análogas às de escravo. A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, acompanhou a sessão.

Após intervenção de vários senadores, retomando a discussão acerca de uma suposta falta de clareza ou definição quanto ao que é trabalho escravo, para possibilitar a votação da PEC na Comissão de Justiça foi necessário um acordo entre os parlamentares, por meio do qual se previu a formação de uma comissão mista especial de senadores e deputados. O objetivo do grupo consiste em elaborar o projeto de regulamentação dos dispositivos dessa PEC enquanto se cumpre o prazo para sua discussão no Plenário da Casa.

Segundo o relator da PEC, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o acordo representa uma garantia para que a proposta seja aprovada no Plenário do Senado sem alteração. Se houver mudanças, o texto terá que retornar à Câmara dos Deputados.

Para a vice-presidente da ANPT, a PEC representa um forte instrumento no combate ao trabalho escravo. “O Brasil não pode mais aceitar que, em pleno século 21, ainda existam trabalhadores que vivam nesse tipo de situação. A aprovação da PEC sinaliza a preocupação da sociedade com a preservação da dignidade da pessoa humana”, afirmou.

Após ter sido aprovada, em 2001, pelo Senado Federal, a PEC teve sua votação concluída pela Câmara dos Deputados somente em 2012, com alterações, motivo pelo qual retornou ao Senado Federal.

### REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO SENADO

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu em junho a visita do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República, Maria do Rosário Nunes, acompanhados do vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Antunes Parmeggiani, e de outras autoridades, para



Grupo conversa com senadora Ana Rita (PT-ES)



Mesa dos trabalhos da CCJ



Reunião com o presidente do senado

discutir temas como a PEC 57A/1999, o Projeto de Lei (PL) que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (PL 2.442/11), dentre outros temas.

Durante o encontro, a ministra pediu urgência na votação de matérias relevantes que tratam dos direitos humanos em tramitação na Casa. “A aprovação da PEC dará ao país o principal instrumento para erradicar o trabalho escravo. Vamos dar um ponto final a essa prática tão danosa aos direitos humanos”, afirmou.

Outra proposta apontada pela ministra como prioridade é o PL 2.442/11. Aprovado na Câmara em abril deste ano, aponta a criação de um Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, que poderá visitar, sem aviso prévio, qualquer espaço de privação de liberdade, como presídios, penitenciárias, delegacias, casas de custódia, instituições socioeducativas, hospitais psiquiátricos e asilos, a fim de apurar violações aos Direitos Humanos. Maria do Rosário também pediu agilidade na tramitação do PLC 122/2006, que criminaliza a homofobia.

Para o presidente da ANPT, mostra-se imprescindível a manutenção de permanentes contatos com o Poder Legislativo com o intuito de se buscar, sempre, avançar na legislação atinente aos direitos sociais, o que guarda estreita relação com a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho em todo o Brasil. Ele também ressaltou a necessidade de se aprovar, finalmente, a chamada PEC do trabalho escravo, que já tramita há bem mais de uma década no Congresso Nacional.

Segundo Renan Calheiros, todos os assuntos da pauta são de grande relevância para a sociedade. Destacou, ainda, que pretende criar um calendário para discutir com mais critério cada assunto levantado e se mostrou sensível às matérias que tratam dos direitos humanos. **N**

Fotos: Ascom/ANPT

## Audiência pública em Minas Gerais debate PL da terceirização

A diretora de comunicação da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Yamara Viana de Figueiredo, representou a entidade, dia 20 de maio, durante audiência pública organizada pela Comissão de Direitos Humanos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O evento teve como objetivo tratar do Projeto de Lei (PL) n. 4330/04, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que amplia as possibilidades de terceirização de mão de obra, inclusive possibilitando-a nos casos em que se estiver diante das atividades finalísticas da tomadora dos serviços.

A audiência, que foi um dos desdobramentos do Ato Público promovido dia 20 de maio pelo Ministério Público do Trabalho, em parceria com a ANPT, em Belo Horizonte, mobilizou os deputados da Comissão e os participantes do evento a se manifestarem contra o projeto, já em tramitação avançada na Câmara dos



Diretora da ANPT durante audiência pública em Belo Horizonte

Foto: ASCOM/ANPT

Deputados. Foram discutidos ainda os prejuízos que o PL trará aos trabalhadores e também à Administração Pública e à sociedade em geral.

Segundo a procuradora regional do Trabalho Yamara Viana de Figueiredo, a ANPT mantém vigilância constante em relação a tudo que possa vir a significar precarização das relações de trabalho. “Apoiamos as iniciativas que visam a combater tais

precarizações. Estamos diuturnamente no Congresso Nacional acompanhando, dentre outras não menos relevantes questões, proposições legislativas que possam prejudicar os trabalhadores. A terceirização do jeito que se verifica atualmente já é maléfica, o que aumentará exponencialmente se o projeto for aprovado da maneira como prevê o texto que atualmente tramita na Câmara”, destacou. **■**

## Presidente da República veta parcialmente PLC sobre a investigação criminal por delegados

A presidente da República, Dilma Rousseff, ao sancionar a lei 12.830, de 20 de junho de 2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, vetou, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 132/2012, aprovado em 28 de maio pelo Senado federal. Ela vetou o parágrafo 3º do artigo 2º do PLC, onde constava que “o delegado de polícia conduzirá a investigação criminal de acordo com seu livre convencimento técnico-jurídico, com isenção e imparcialidade”.

A razão do veto, segundo Dilma Rousseff, é que “da forma como o dispositivo foi redigido, a referência ao convencimento técnico-jurídico poderia sugerir um conflito com as atribuições investigativas de outras instituições, previstas na Constituição Federal e no Código de Processo Penal. Desta forma, é preciso buscar uma solução redacional que assegure as prerrogativas

funcionais dos delegados de polícia e a convivência harmoniosa entre as instituições responsáveis pela persecução penal”.

Para o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o veto constitui uma importante medida e contribui, de maneira significativa, para que se evite um enorme retrocesso em todo o sistema de investigação criminal. “Para se ter uma ideia da gravidade da situação, já havia delegados deixando de cumprir requisições de diligências investigatórias encaminhadas pelo MP sob a alegação de que, com base no livre convencimento de que trataria o PLC 132, não teriam de fazê-lo e, portanto, poderiam simplesmente deixar de cumprir a requisição”, revela. Ainda segundo ele, situações como essa, por mais lamentáveis e desarrazoadas que sejam, não contribuirão para a sociedade nem para o sistema investigatório. **■**

## ANPT participa da escolha dos vencedores do “Prêmio CNMP”

A Comissão Julgadora do “Prêmio CNMP” definiu, dia 11 de julho, os 24 projetos vencedores de 2013. Foram escolhidos o primeiro, o segundo e o terceiro lugar nas seguintes categorias: Defesa dos Direitos Fundamentais; Transformação Social; Indução de Políticas Públicas; Diminuição da Criminalidade e da Corrupção; Unidade e Eficiência

da Atuação Institucional e Operacional; Comunicação e Regulamentação; Eficiência Operacional; Profissionalização da Gestão e Tecnologia da Informação. Também foram selecionados projetos que receberão menção honrosa. A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, representou a entidade na ocasião, tendo o diretor de assuntos jurídicos

da entidade, José Cláudio Monteiro de Brito Filho, participado das reuniões anteriores da Comissão e da análise e do julgamento dos projetos que concorreram ao prêmio. A cerimônia de premiação está marcada para dia 6 de agosto, na sede do CNMP, em Brasília.

\*Fonte: CNMP **■**

## Comissão Mista aprova texto que regulamenta trabalho doméstico

A Comissão Mista Especial do Congresso Nacional destinada a consolidar a Legislação Federal e regulamentar dispositivos da Constituição Federal aprovou, dia 6 de junho, o relatório do senador Romero Jucá (PMAB/RR) que regulamenta o trabalho doméstico, conforme Emenda Constitucional nº 72/2013. A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, esteve presente durante a votação e acompanhou as principais modificações no texto feitas pelos parlamentares.

A aprovação ocorreu pouco mais de dois meses após a promulgação pelo Congresso da emenda que ficou conhecida como “PEC das Domésticas”. O texto trata da forma de fiscalização do trabalho, do seguro-desemprego, da indenização em demissões sem justa causa, FGTS, salário-família, adicional noturno, auxílio-creche e seguro contra acidente de trabalho, entre outros direitos.

Para a vice-presidente da ANPT, “um dos pontos a ser comemorado é que no texto aprovado consta a proibição expressa do trabalho doméstico a menores de 18 anos, medida que vem sendo defendida por toda a rede de proteção da infância e da adolescência por estar comprovado que as condições em que o



Grupo reunido com senador Pedro Taques

trabalho doméstico é exercido expõem as crianças e adolescentes a riscos físicos e psíquicos que podem trazer prejuízos irreparáveis.”

A PEC foi encaminhada agora para votação na Câmara dos Deputados e, se for aprovada, seguirá à sanção da presidente da República.

No dia 4 de junho, Daniela Varandas já havia participado de reunião com o senador Pedro Taques (PDT-MT), ocasião na qual foram apresentadas diversas razões para a vedação total ao trabalho doméstico para pessoas com idade inferior a 18 anos. O corregedor

nacional do MP, Jeferson Luiz Pereira Coelho, a procuradora Regional do Trabalho Eliane Araque, a procuradora do Trabalho Heloisa Siqueira de Jesus, um promotor auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público e uma representante da Organização Internacional do Trabalho também participaram da reunião.

No dia anterior, o grupo esteve também no gabinete do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) para tratar do tema e entregar alguns documentos esclarecendo os motivos para a proibição do trabalho doméstico por menores de 18 anos. **N**

## Câmara dos Deputados aprova PL que cria cargos de subprocurador-geral do Trabalho



Vice-presidente da ANPT acompanha a aprovação do PL na CCJ

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, dia 11 de julho, o Projeto de Lei 4356/2012, de relatoria do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que cria 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho, além de cargos efetivos, em comissão e funções de confiança de servidores no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT). Agora, a matéria segue para apreciação do Senado Federal.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), ao longo dos meses, acompanhou de perto a tramitação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), na Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados, com os seus relatores nas Comissões em que se deu a tramitação do projeto anteriormente, bem como com os presidentes destas, além da votação do PL no Plenário da Casa.

## ANPT reforça rejeição à PEC 37 em ato público na OAB a favor de eleições limpas no Brasil

Foi lançado na manhã do dia 24 de junho, um dia antes da votação da PEC 37/2011, em ato realizado no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e com participação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), campanha por eleições limpas no Brasil. O objetivo da ação é aprovar um projeto que procure atender parte das reivindicações feitas durante as manifestações em todo o Brasil. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado da vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participou do ato, ocasião em que destacou, também, que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011 consistia num atentado ao regime democrático e ao Estado de direito.

Segundo Azevedo Lima, é de fundamental importância discutir um projeto de reforma política efetiva que não venha a tratar somente das consequências da corrupção eleitoral. Para ele, o Projeto de Lei (PL) da ficha limpa faz isso muito bem. Em relação ao novo projeto discutido na ocasião, ele ressaltou a relevância da iniciativa, “que ataca não apenas as consequências da corrupção eleitoral, mas, antes disso, as suas próprias causas, umbilicalmente relacionadas a questões como o financiamento de campanhas, à transparência nos pagamentos das despesas de campanha, à propaganda eleitoral e preponderância dos detentores de vultosos recursos financeiros, à fidelidade partidária, dentre diversas outras não

menos relevantes e que precisam ser amplamente discutidas, a sério, pelo Congresso Nacional, como forma de se aperfeiçoar, efetivamente, o sistema eleitoral”.

“Precisamos nos valer deste momento em que a sociedade brasileira sai às ruas e se faz ouvir em diversas questões. A mudança efetiva do sistema eleitoral é uma dessas razões, assim como a busca por melhores condições de segurança, saúde e educação”, disse. Nesse contexto, o presidente da ANPT falou sobre a PEC 37, também conhecida como PEC da Impunidade. “Faço questão de ressaltar que soa incompreensível que esta Casa [a OAB] seja favorável a essa malsinada PEC, tendo em vista o exemplo que a OAB sempre deu no processo de redemocratização do país, no processo de consolidação dessa democracia e na defesa das causas mais caras à sociedade brasileira”, disse.

Por fim, o presidente da ANPT, pedindo licença para falar em nome dos membros do Ministério Público, manifestou o apoio dos integrantes da instituição à imprescindibilidade de uma reforma política efetiva “e, evidentemente, sem deixar de enfatizar o nosso não, o REJEITA JÁ, à famigerada PEC 37”.

\*Confira a matéria completa em [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br) 



Presidente da ANPT durante o seu pronunciamento

Foto: ASOM/ANPT

## CNJ enviou ao Congresso Nacional nota técnica contra a PEC 37

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enviou ao Congresso Nacional nota técnica na qual se manifestou de forma contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37. A nota foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros durante a 171ª Sessão Ordinária, realizada dia 11 de junho.

A sugestão de enviar a nota ao Congresso foi apresentada pelos conselheiros Gilberto Martins e Wellington Saraiva. O documento aponta graves riscos aos princípios norteadores do Estado Democrático de Direito que a aprovação da PEC poderá acarretar. De acordo com o CNJ, a PEC traria inovação altamente lesiva ao interesse social e ao exercício da jurisdição. A proposta

da nota técnica foi bem-recebida pelo Plenário. O presidente do CNJ, ministro Joaquim Barbosa, manifestou-se favoravelmente à iniciativa.

Gilberto Martins ressaltou que “impedir que o Ministério Público em conjunto com outras instituições que têm o poder de controle no sistema criminal não possam também investigar é altamente danoso ao sistema de justiça e sociedade”, afirmou o conselheiro. Já o conselheiro Wellington Saraiva destacou que a PEC 37 aumentaria a ineficiência do sistema criminal brasileiro. “Como podemos dar privatividade para apurar os crimes a um órgão que não tem condições de investigar em níveis adequados?”, argumentou.

Fonte: CNJ

## Plenário da Câmara dos Deputados rejeita a PEC 37

O Plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, dia 25 de junho, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que permitia a exclusividade da investigação às polícias Civil e Federal, inviabilizando, assim, a atuação de outros órgãos de controle, entre eles o Ministério Público. Ela foi rejeitada pela maioria absoluta dos deputados. Ao todo, 430 parlamentares votaram contra, nove a favor e dois se abstiveram. A decisão de pautar a PEC aconteceu ainda pela manhã, durante reunião de líderes partidários.

Ao longo do dia, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a vice-presidente, Daniela Varandas, e a diretoria da entidade Cândice Gabriela Arósio estiveram na Câmara dos Deputados acompanhando o andamento da matéria até a sua votação. Eles conversaram com diversos parlamentares sobre os prejuízos que seriam causados à sociedade caso a PEC fosse aprovada pelo Legislativo.

As lideranças partidárias pretendem discutir posteriormente uma nova proposta que regulamente as investigações criminais e busque o entendimento entre o Ministério Público e as polícias Federal e Civil.

Para a vice-presidente da ANPT, a data ficará marcada como um dia histórico para o Ministério Público. “A rejeição da PEC pelo Plenário da Câmara representa uma vitória não só para o Ministério Público, mas, também, para toda a sociedade brasileira”, afirmou. **N**



Galeria do Plenário da Câmara dos Deputados durante a votação

Fotos: ASCOM/ANPT



Membros do Ministério Público acompanharam votação



Reunião com o deputado Arlindo Chinaglia



Integrantes do MP em contato com parlamentares



Diretoria esteve ao longo de todo o dia em articulação com deputados



Deputado Alessandro Molon com dirigentes da ANPT

## ANPT participa de reunião do colégio de procuradores da República convocada para discutir a PEC 37/2011

Centenas de pessoas participaram, dia 18 de junho, da reunião do colégio de procuradores da República que, na ocasião, debateu a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 37/2011, que tinha por objetivo retirar o poder investigatório do Ministério Público. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram de todo o evento, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral da República.

Parlamentares, autoridades do Poder Executivo, juízes, ministros, representantes da sociedade civil e entidades defensoras de direitos humanos e direitos indígenas também participaram da reunião, que tinha por objetivo abrir diálogo com o Congresso Nacional para alertar sobre a necessidade de rejeição da PEC 37, além de discutir como aprimorar a regulamentação da investigação criminal por meio de lei ordinária. Durante a abertura, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, repetiu a pergunta que vinha fazendo nos últimos meses: a quem interessa retirar o poder de investigação do Ministério Público?

Ele afirmou, ainda, que a PEC da Impunidade consistia em uma iniciativa que se deve, exclusivamente, as virtudes do MP no cumprimento da sua missão constitucional. “A impunidade, infelizmente, continua a ser a regra”. O procurador-geral da República alertou também que o avanço conseguido pelo país no combate à criminalidade e à corrupção “seria simplesmente aniquilado pelo gigantesco retrocesso do monopólio das investigações criminais pela polícia ou por qualquer outro órgão”.

Segundo o presidente da ANPT, “não há como se conceber como minimamente razoável imaginar-se que, num cenário de pouca efetividade do direito penal, reduzir-se drasticamente os legitimados a investigar iria, de algum modo, trazer benefícios para a sociedade”, ressaltou. Ele ainda destacou que



“essa malsinada proposição esvazia por completo a feição combativa da instituição do Ministério Público que lhe fora conferida pela Constituição Federal, a qual não pode passar a ser um simples expectador do combate às práticas ilícitas nem um mero repassador de provas colhidas por outrem”.

Entre os parlamentares presentes na abertura do evento, o deputado Vieira da Cunha (PDT-RS) disse que a proposição “não interessa à maioria da sociedade brasileira, que está farta do festival de corrupção que tomou conta do país”. Já Marcelo Almeida

(PMDB-PR) comprometeu-se a defender o poder investigatório do MP no parlamento. “Como engenheiro, cidadão brasileiro e deputado federal vou trabalhar muito pela não aprovação da PEC 37/11”, afirmou.

A deputada Erika Kokay, por sua vez, disse que “votar contra a PEC 37/11 é votar pela Democracia e contra a impunidade. A PEC 37/11 não me representa”. O deputado federal Henrique Fontana (PT-RS) ressaltou que “se dependesse da minha vontade, a PEC 37/11 sequer entraria na pauta da Câmara”. **N**



## Lançada a campanha “Tem criança que nunca pode ser criança”

O Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) lançou, dia 12 de junho, a campanha contra o trabalho infantil doméstico: “Tem criança que nunca pode ser criança”, ocasião em que foi divulgado também o relatório estatístico “O Trabalho Infantil Doméstico no Brasil”, com base nos dados da PNAD. A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, participou do evento, que teve ainda a realização de uma coletiva de imprensa para apresentar dados e esclarecer dúvidas dos jornalistas sobre o tema.

Para o coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente do Ministério Público do Trabalho (Coordinfância), procurador do Trabalho Rafael Dias Marques, a falta de políticas públicas articuladas e direcionadas para crianças e adolescentes tem dificultado a redução do trabalho infantil. “É preciso uma agenda nos três níveis federativos de políticas públicas para a erradicação do trabalho infantil doméstico”, disse, acrescentando que o MPT tem feito sua parte em ações de prevenção e repressão a todos que se envolvem com essa prática ilegal.

A secretária executiva do FNPETI, Isa Oliveira, ressaltou, entre outros pontos, o fato de quase totalidade das crianças e adolescentes no trabalho doméstico ser de meninas e negras. “Esses dados expressam a iniquidade de gênero e raça que ocorre no trabalho infantil doméstico.” Ela avalia ainda que a invisibilidade desse trabalho é outro fator que dificulta a identificação da prática ilegal. “É importante que o tema seja priorizado pelas políticas públicas e que ações intersetoriais sejam adotadas e implementadas”.

### SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE BOAS PRÁTICAS SOBRE TRABALHO DECENTE

Já dia 24 de junho, o presidente ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura



Campanha foi lançada no auditório da PGT, em Brasília



Solenidade de abertura do Seminário Internacional

do “Seminário Internacional de Boas Práticas sobre Trabalho Decente”. O evento foi promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Ele reuniu delegações de 9 países, incluindo o Brasil.

O encontro fez parte das atividades do Programa de Cooperação Sul-Sul e horizontal implementado entre países da região e conta com delegações tripartites da Bolívia, Brasil, Equador, Haiti, Paraguai e Peru, além de especialistas da Argentina, Colômbia, Panamá e Uruguai. O enfoque principal se deu nas experiências de combate ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, enfatizando especialmente a situação de adolescentes trabalhadores de 14 a 17 anos de idade e povos indígenas. A ocasião permitiu também às delegações

dos países participantes obter uma visão geral das diferentes experiências de Cooperação Sul-Sul e horizontal desenvolvidas na região nos temas de trabalho infantil nos últimos anos, e um balanço de seus resultados e perspectivas.

A programação do evento incluiu uma visita de campo das delegações a duas das experiências que apresentadas na ocasião: i) o programa de combate às piores formas de trabalho infantil através da inclusão de adolescentes trabalhadores de 14 a 17 anos no sistema nacional de aprendizagem (Programa Me Encontrei) e, ii) o programa de combate ao trabalho escravo por meio da inclusão produtiva (Programa de Ação Integrada). Esta última visita foi realizada na cidade de Cuiabá, no dia 27 de junho. **N**

## Entidades de classe do MP e da magistratura defendem manutenção da vitaliciedade nas carreiras

Representantes das entidades de classe do Ministério Público e da magistratura intensificaram no mês julho a atuação no Congresso Nacional, principalmente no Senado Federal, com o objetivo de reformular as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 75/2011 e 53/2011. Ambas as propostas, de maneira geral, entre outros pontos, previam a perda da vitaliciedade nas carreiras.

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanhados dos integrantes das demais entidades, formularam, junto ao relator das PECs, senador Blairo Maggi (PR-MT), alterações aos textos originais. O relator da proposta apresentou o texto com tais alterações na sessão da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, no dia 10 de julho. Na ocasião, os senadores presentes na CCJ pediram vista coletiva do texto, adiando a votação.

O texto original da PEC 75 referia-se à possibilidade de perda de cargo por decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Na redação que se buscou construir, não há mais essa possibilidade de perda do cargo vir a ser determinada pelo CNMP ou por qualquer Conselho, continuando, assim, a necessidade de decisão judicial. Segundo o presidente da ANPT, “a vitaliciedade não constitui um privilégio ou um benefício do



Grupo reunido com senador Humberto Costa

Fotos: ASCOM/ANPT



Entidades associativas sugeriram alterações no texto das PECs 75 e 53



Diretoria da ANPT em contato com senadores



Grupo conversa com deputado sobre a PEC 505

membro do Ministério Público, mas representa, isto sim, uma garantia da própria sociedade, viabilizando uma atuação cada vez mais efetiva, sem que se esteja a todo momento com receio de represálias por desagradar aos chamados ‘poderosos’ como consequência do cumprimento de suas atribuições”, afirmou.

A matéria não voltou para ser apreciada na CCJ e acabou sendo levada direto para o Plenário da Casa. Antes da apreciação, porém, após articulação das entidades de classe com diversos senadores, o texto precisou passar, novamente, por ajustes, com o objetivo de conseguir um consenso entre os parlamentares e as entidades de classe, o que ocorreu momentos antes da entrada em pauta da matéria.

Outra proposta acompanhada pela ANPT no Congresso Nacional, a PEC 505, em trâmite na Câmara dos Deputados, também trata, em linhas gerais, da perda da vitaliciedade. Em virtude do encerramento da sessão da CCJ da Câmara, dia 17 de julho, a matéria não foi apreciada, tendo as entidades do MP demonstrado aos deputados ser importante que a matéria seja apreciada em conjunto com a PEC 75, que, após sua aprovação no Plenário do Senado, seguirá para a Câmara, onde será apensada à PEC 505. A previsão, agora, é que elas sejam votadas somente no próximo período legislativo, que se inicia em agosto. **N**

## Senado chega a um consenso quanto à redação da PEC 75

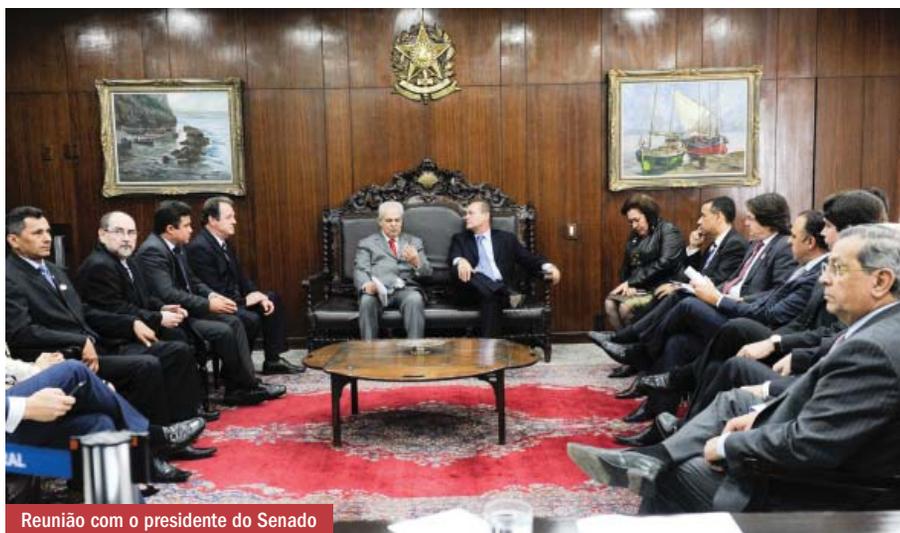
O Plenário do Senado iniciou, dia 11 de julho, o exame da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 75 de 2011, que previa a perda da garantia da vitaliciedade para os membros do Ministério Público. A votação foi adiada por falta de quórum. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, além de membros dos diferentes ramos do Ministério Público, estiveram ao longo de todo o dia em contato com senadores na tentativa de articular a aprovação do texto proposto pelo relator, senador Blairo Maggi (PR-MT), elaborado em conjunto com as entidades de classe do MP.

A matéria, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PR), tramita em conjunto com outra proposta, que faz mudanças semelhantes, a PEC 53/2011, que exclui a aposentadoria compulsória como punição disciplinar máxima para juízes condenados. Não foi definido prazo para retorno das matérias à pauta do Plenário.

O texto discutido no Plenário, que recebeu várias emendas, foi construído após aprofundados debates entre representantes das entidades de classe do Ministério Público e da magistratura com os senadores. Para o presidente da ANPT, “o texto ao qual se chegou, após amplos, intensos e reiterados debates com senadores de todos os partidos, mantém a vitaliciedade, que, longe de representar um privilégio, constitui uma garantia inques-



Plenário do Senado



Reunião com o presidente do Senado

tionável e irrenunciável da própria sociedade, sem que se possa falar, em momento algum, nos moldes em que restou acordado no Senado Federal, em suposta, e inexistente, possibilidade de se beneficiar aqueles que cometem atos ilícitos”, destacou.

Antes de se iniciar a sessão plenária do dia, o grupo esteve reunido com o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL), líderes partidários e vários outros senadores, para conversar sobre os Projetos. O senador garantiu, durante a reunião, a manutenção da vitaliciedade para membros do MP e da magistratura. “O Congresso Nacional é o guardião da democracia, jamais o Legislativo iria discutir cláusula pétreia, como a vitaliciedade dos membros do MP e da magistratura. O que precisamos mudar é uma distorção do sistema, já que não podemos aceitar que um juiz ou promotor que comete crimes seja, ao final, premiado com a aposentadoria” disse o presidente do Senado. **N**



Votação das PECs deverá ocorrer em agosto

## Votação do projeto que regulamenta a terceirização é adiada para agosto

O relator do projeto que regulamenta o trabalho terceirizado no Brasil (PL 4330/04), Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), pretende fazer com que a proposta seja votada no dia 13 de agosto na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Havia a expectativa de que o texto fosse apreciado dia 10 de julho, mas ele não entrou em pauta. Isso porque o presidente da comissão, deputado Décio Lima (PT-SC), decidiu estender o prazo de negociação entre o governo federal, o poder Legislativo, os trabalhadores e empresários para tentar chegar a um consenso sobre o texto. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) acompanhou a sessão.

A ANPT acompanha de perto a tramitação da matéria. No dia 9 de julho, o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, o diretor financeiro, Ângelo Fabiano Farias da Costa, e o diretor de assuntos legislativos, Alberto Bastos Balazeiro, acompanharam a sessão na CCJ da Câmara que trataria do tema, porém a reunião foi encerrada por falta de quórum. Em seguida, o grupo foi recebido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), para tratar do assunto.

A diretoria da ANPT manteve contatos com diversos deputados com o intuito de esclarecer os malefícios causados na hipótese de o PL vier a ser aprovado da maneira como se encontra a sua redação. Em conversa com o relator da matéria, deputado Arthur Maia, o presidente da ANPT ressaltou que os membros do



Reunião no gabinete do presidente da Câmara

Foto: ASCOM/ANPT

MPT não são contra a regulamentação da terceirização, “apenas não podemos aceitar que ela se dê à custa da precarização das relações de trabalho, notadamente sem que se venha a tratar adequadamente de algumas questões como a não terceirização de atividades finalísticas, a limitação das subcontratações, a responsabilização solidária, com especial ênfase para as questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde do trabalho, a garantia do adimplemento das verbas trabalhistas, o correto enquadramento sindical, a limitação das hipóteses de terceirização de serviços no âmbito da Administração Pública e diversos outros pontos de inquestionável relevância”, disse. **N**

## Comissão especial da Câmara aprova texto do novo CPC

A comissão especial da Câmara dos Deputados que analisa o projeto do novo Código de Processo Civil (CPC) (PL 8046/10) aprovou, dia 17 de julho, o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Paulo Teixeira (PT/SP). O texto principal havia sido aprovado no dia anterior e a matéria seguirá para votação no Plenário da Casa em agosto. O presidente da Associação Nacional

dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou os trabalhos da Comissão.

O projeto do CPC determina as regras de tramitação de todas as ações não penais, o que inclui Direito de Família, Direito de Trabalho, Direito do Consumidor e ações de indenização, entre outros. A justificativa do substitutivo ao Projeto de Lei 8.046/2010 e dezenas de outros apen-

sados, apresentado pelo relator, foi no sentido de evitar perda de direitos. Entre os pontos alterados, aparece a proibição à concessão de tutela antecipada quando a decisão tiver consequências irreversíveis. O parlamentar também manteve a regra vigente para apelação, com o efeito suspensivo da decisão. O texto original previa que, mesmo com a interposição de apelação, a sentença seria executada. **N**

## CCJ e Plenário do Senado aprovam indicações para o CNMP e CNJ

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, acompanharam no Senado Federal, no mês de julho, a sabatina de diversos indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e para o Conselho Nacional e Justiça (CNJ). Todos os aprovados devem exercer o cargo durante o biênio 2013/2015.

No Plenário da Casa foram aprovados os seguintes nomes para o CNMP: o subprocurador-geral do Trabalho Jefer-

son Luiz Pereira Coelho, o procurador de Justiça Jarbas Soares Júnior (MP/MG), o promotor Cláudio Henrique Portela do Rego (MPDFT), e, ainda, o procurador Marcelo Ferra de Carvalho, proveniente do MP/MT. Já para o CNJ, os nomes aprovados pelo Plenário foram: o promotor de Justiça do Ministério Público do Pará Gilberto Valente Martins, e o advogado Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira.

O Plenário rejeitou a indicação de Vladimir Barros Aras para o CNMP. Ele recebeu 38 votos favoráveis - seriam necessários 41 para a sua aprovação - e 17 contrários, com uma abstenção. Após

a controvérsia ocasionada pela rejeição, o senador Wellington Dias (PT-PI) encaminhou recurso à CCJ para que analisasse a situação, já que quatro senadores pediram ao presidente do Senado, Renan Calheiros, para que seus votos favoráveis fossem registrados.

Na CCJ, os nomes dos aprovados para o CNMP são: o juiz Leonardo Farias Duarte, o advogado Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho. Para o CNJ, os aprovados foram: o procurador regional da República Wellington Cabral Saraiva, o consultor legislativo Fabiano Augusto Martins Silveira. **N**

## Secretário de Reforma do Judiciário e ANPT discutem temas de interesse da categoria

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram reunidos, dia 10 de julho, com o Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Croce Caetano. Na pauta de assuntos discutidos estavam a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 75/2011, a PEC 505, a formação de lista tríplice para escolha do novo procurador-geral da República e o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), dentre outros temas.

Os dirigentes da ANPT informaram ao secretário sobre o trabalho que as entidades de classe do Ministério Público têm feito em relação à PEC 75, que se encontra em tramitação no Senado Federal, a qual prevê a possibilidade de aplicação, a membros do Ministério Público, das penas de demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Assim como a PEC 505, em tramitação na Câmara dos Deputados, que aborda o mesmo tema. A apreciação da primeira já teve início no Senado e deverá ser votada em agosto. Já a segunda, teve seu adiamento por falta de quórum.

Segundo o presidente da ANPT, caso as PECs fossem aprovadas na linha do texto original, os prejuízos seriam imensos para toda a sociedade, já que, segundo ele, “não há como se conceber, num regime democrático de direito, que os membros do Ministério Público sejam desprovidos de vitaliciedade, que não é garantia de tais membros, mas da própria sociedade”.



Reunião no Ministério da Justiça

Foto: ASCOM/ANPT

Em relação à eleição do novo procurador-geral da República, Azevedo Lima e Daniela Varandas explicaram em detalhes ao Secretário de Reforma do Judiciário como foi o processo de escolha, destacando a necessidade de ser respeitada essa participação de todos os ramos do MPU no processo eleitoral.

Segundo o secretário, “a iniciativa dos quatro ramos de participar do processo de escolha do novo PGR amplia a democracia e o diálogo”. Ele informou que o Governo pretende tratar dessa questão com a maior brevidade possível, tendo em vista que o mandato do atual PGR se encerra no dia 15 de agosto. Outro ponto discutido durante a reunião foi o restabelecimento do ATS para os membros do Ministério Público, o qual se encontra em discussão no âmbito do Senado Federal. **■**

## Senado debate aposentadoria compulsória de servidores públicos

A Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal debateu, dia 1º de julho, propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam do limite de idade para aposentadoria compulsória de servidores públicos. A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, participou da audiência pública, que contou, também, com a participação de representantes de entidades de classe da magistratura.

As várias PECs que tratam do assunto e tramitam apensadas estão sob a relatoria do senador José Pimentel (PT/CE), na CCJ do Senado. Entre elas, a PEC 06/2008, de autoria do senador Pedro Simon, a PEC 16/2011, cuja autora é a senadora Ana Amélia, e a PEC 3/2013, do senador Fernando Collor.

Segundo Daniela Varandas, “o aumento da expectativa de vida é fato incontestável. Os inegáveis avanços da medicina, a ampliação da urbanização e melhores condições educacionais tornaram a população brasileira mais longeva”. Para

ela, a questão deve ser vista também de outra forma, pois o aumento da idade da aposentadoria compulsória pode trazer graves prejuízos ao interesse público e às carreiras do Ministério Público e da magistratura.

Entre esses prejuízos, Daniela Varandas destacou que o aumento da idade pode trazer forte tendência à estagnação da jurisprudência dos tribunais brasileiros. Ela lembrou o possível engessamento das carreiras em virtude da possibilidade de uma longa e desproporcional permanência dos membros do MP e da

magistratura nos órgãos de cúpula, visto que, segundo ela, as promoções ficarão ainda mais difíceis para a maior parte dos procuradores e juizes. “Posso dizer que no âmbito do Ministério Público do Trabalho a idade média dos procuradores que passam nos concursos é inferior a 30 anos. Isto significa que muitos deles ficarão na carreira por, no mínimo, 30 anos sem perspectiva alguma de ascensão profissional, visto que o número de cargos nos órgãos de cúpula é reduzido. Há um afinilamento nos níveis mais altos da carreira”, disse. **■**



ANPT representou o Ministério Público na sessão

Foto: ASCOM/ANPT

# CLUBE ANPT DE VANTAGENS

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br), e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center Salas 1103 a 1105 11º andar  
 Brasília/DF CEP 70070-904 Fonte: (61) 3325-7570 e Fax: 3224-3275  
 e-mail: [anpt@anpt.org.br](mailto:anpt@anpt.org.br)



## “Nossa intenção foi assegurar a plena independência do Ministério Público e do Judiciário no exercício de suas funções”

*Relator das PECs 75 e 53, senador Blairo Maggi (PR-MT) aborda o processo de elaboração do texto das propostas que previam, entre outras questões, a retirada da vitaliciedade das carreiras do Ministério Público e da magistratura, e fala sobre a contribuição das associações de classe na criação de um consenso em relação ao tema com o Congresso Nacional. O parlamentar destaca, ainda, a importância do MP para a sociedade. Confira.*

**Após vários dias de contatos e reuniões com parlamentares e representantes de entidades associativas foi alcançado, enfim, um consenso em relação ao substitutivo das Propostas de Emendas à Constituição 75 e 53 de 2011, na linha de suas propostas. Diante da complexidade dos temas ali tratados, quais fatores foram fundamentais para se alcançar esse texto consensual?**

Considero como fundamental a participação das entidades representativas do Ministério Público e Judiciário na construção do relatório. As experiências trazidas ao gabinete foram de grande valia para compreensão da matéria e elaboração do texto. As propostas, após um acordo de líderes, deve ser votada em agosto.

**Durante as discussões envolvendo as PECs 75 e 53, seu posicionamento foi fundamental no sentido de não aceitar qualquer discussão que levasse a eventual tratamento diferenciado entre os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Qual sua visão a respeito dessa questão?**

Nossa intenção foi assegurar a plena independência do Ministério Público e do Judiciário no exercício de suas funções, até porque jamais concordaria com o enfraquecimento do MP e da Magistratura tal qual aconteceu na Venezuela, por exemplo. É preciso que essas instituições tenham garantias para que possam atuar com imparcialidade e correção, salvas de possíveis pressões que possam, de alguma forma, influenciar a atuação de seus membros. É importante que

estejam livres para seguir as diretrizes legais em defesa de toda a sociedade.

**Têm-se observado que, assim como as PECs 75 e 53, outras proposições legislativas tramitam no Congresso Nacional com um caráter voltado nitidamente para o enfraquecimento e a limitação da atuação do Ministério Público e de seus membros. Em sua opinião, por que isso acontece?**

Não vejo como uma necessidade de enfraquecimento da atuação do MP, mas tão somente punir aqueles que atuam fora da legalidade ou excesso. Um exemplo clássico acontece quando o MP inicia investigação a alguma figura pública, políticos. A partir daquele momento, alguns promotores vão à imprensa e dão como certa a possibilidade de haver, por exemplo, alguma ilegalidade de conduta, mesmo com a investigação ainda em curso. É o tipo de postura questionável, que denigre a imagem perante a opinião pública. No fim da investigação, caso nada seja comprovado, fica praticamente inviável reconstruir a dignidade perante a sociedade.

**Como avalia a atuação do Ministério Público no cenário político contemporâneo e, de forma especial, do ramo trabalhista da instituição, com a atuação de seus membros voltada para a promoção dos direitos sociais?**

Vejo o MP como uma instituição atuante e acho importante citar os últimos protestos, que tinham como uma das bandeiras a derrubada da PEC 37. O movimento estampou a confiança da população no MP,

defensor da sociedade e guardião dos interesses públicos. Esse foi um ‘feedback’ muito positivo de que a população está atenta e reconhece a atuação da instituição. Acho que isso deve servir de estímulo para todos os membros do MP.

**Foi aprovada pela CCJ do Senado, no mês de junho, a PEC 57/1999, que tramita no Congresso Nacional há bem mais de uma década. O que falta para que seja a matéria aprovada em definitivo e quais medidas efetivas podem ser adotadas para abolir de vez o trabalho escravo da realidade brasileira?**

A matéria já está na coordenação legislativa da Casa e aguarda somente inclusão na ordem do dia para apreciação do Plenário. Mas, antes que se dê tal passo, é preciso que seja cumprido o acordo político pela criação de uma Comissão Especial para regulamentar o conceito de trabalho escravo. E que isso se dê não só na esfera do campo, da agricultura, mas que as normas sejam aplicadas na cidade, para empreendimentos e serviços domésticos.

Para que isso não ocorra de forma arbitrária, ela tem que estar bem definida, esclarecendo em quais condições deverá ser aplicada para que não acabe em denúncias vazias, prejudicando empregados e empregadores. Após passar pela Comissão especial - e aprovado seu texto - o Estado estará apto a fiscalizar e punir o que não esteja de acordo com a Lei. Segundo o relator da proposta, senador Aloysio Nunes, tanto a PEC quanto os projetos que regulamentam o trabalho escravo serão votados no Plenário do Senado ao mesmo tempo. **N**

## Conferência Internacional do Trabalho da OIT tem presença da ANPT

Foi realizada entre os dias 5 e 20 de junho a 102ª Conferência Internacional da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que teve como tema o emprego e a proteção social diante do novo contexto demográfico. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento. Esta foi a primeira vez que a ANPT integrou a delegação brasileira que participa da Conferência, a qual reuniu autoridades da área trabalhista do mundo inteiro para discutir temas inerentes à questão do trabalho como um todo. O evento aconteceu na sede da OIT e da ONU, em Genebra, na Suíça.

Segundo o presidente da ANPT, mostra-se de grande relevância a participação da entidade no evento, na condição de convidada do Governo Brasileiro para integrar a delegação do País na Conferência, o que representa o reconhecimento, cada vez maior, da importância do trabalho da Associação e de seus associados no cenário jurídico e político contemporâneo, nos seus mais variados aspectos e segmentos.

A participação da ANPT, durante a Conferência, deu-se, prioritariamente, por meio do acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos na Comissão sobre o Desenvolvimento Sustentável, o Trabalho Decente e os Empregos Verdes e, de maneira especial, dos trabalhos da Comissão de Aplicação de Normas, assim como na Comissão que tratou da questão referente ao Diálogo Social.

Azevedo Lima participou também de reunião com a embaixadora da Missão Permanente do Brasil junto à ONU e outros Organismos Internacionais, Maria Nazareth Farani Azevedo. Durante a ocasião, ele ressaltou que, dentre os temas debatidos durante a Conferência, chamavam atenção, em especial, as questões concernentes ao trabalho decente e ao desenvolvimento sustentável.

Sobre o primeiro ponto, o procurador destacou a preocupação em questões como o combate ao trabalho escravo, “e quanto a isso ressaltamos que não poderíamos deixar de enfatizar as tentativas de se aprovar no Brasil a PEC 57-A, atualmente em trâmite no Senado Federal, numa tramitação que já totaliza bem mais de uma década; o combate ao trabalho infantil, o combate à discriminação nas relações de trabalho, e a promoção da liberdade sindical”.

Já quanto ao desenvolvimento sustentável e aos empregos verdes, o presidente da ANPT ressal-



Abertura da conferência em Genebra, na Suíça



Reunião com a embaixadora brasileira junto à ONU e outros organismos internacionais



Presidente da ANPT com representantes do Ministério Público do Trabalho (MPT)

tou a relevância da ampliação desses debates e da busca de adoção de medidas efetivas em relação à temática no âmbito dos países que participam da Conferência e que são Estados-partes nas Convenções da OIT. Ele ressaltou que “falar em sustentabilidade à custa de uma precarização cada vez maior e mais crescente das relações e das condições de trabalho, não se pode tolerar”. Nesse sentido, a embaixadora Farani Azevedo destacou sua concordância com o posicionamento da ANPT, em especial quanto à imprescindibilidade de se associar o desenvolvimento sustentável à observância de condições adequadas de trabalho.

No dia 11 de junho foi realizado, ainda, painel no qual se discutiu, com a participação do procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, um possível novo instrumento normativo para complementar a Convenção 29 da OIT, que trata da questão do trabalho forçado, temática cuja discussão será abordada de forma ampla na próxima Conferência Internacional do Trabalho, que ocorrerá em 2014. **N**